

Globalização e Desigualdade Social nos Aspectos Econômicos, Políticos, Sociais e Culturais

Cleusimar Cardoso Alves Almeida

Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela UNIFAL- Universidade Federal de Alfenas
Especialista em Gestão de Serviços Sociais e Políticas Públicas (UNIFENAS)
Email: cleocardoso08@gmail.com

Vanessa Pereira Terra

Bacharela em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas
Discente no curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alfenas
Email: vanessa.pterra@gmail.com

Manuela de Camargo Dias

Bacharela em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas
Discente no curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alfenas
Email: manudias12@hotmail.com

Diego Henrique Alexandre

Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (UNIFAL)
Graduando em Administração Pública (UNIFAL)
Mestrando em Letras (UNINCOR).
E-mail: diegovga2012@gmail.com

Larissa Araújo dos Santos

Graduação no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (UNIFAL).
Graduanda em Administração Pública (UNIFAL).

RESUMO

Partindo do pressuposto que a globalização e as desigualdades sociais são plurais, este ensaio teórico se propõe discutir as interferências da globalização na desigualdade social, trazendo a abordagem de Santos (2011) sobre o assunto e seu cotejo com autores como: Kliksberg e Sen (2010), Castells (2010) dentre outros. Verificou-se que a globalização atual tem produzido resultados desiguais entre os países e no interior dos mesmos, ocorrendo a existência de conflitos de classes, graus de desigualdades de trocas e constante apropriação ou valorização de recursos econômicos em detrimento dos demais, sendo que a globalização não reduz as desigualdades com velocidade suficiente.

Palavras-Chaves: Desigualdade Social; Globalização; Múltiplas Facetas.

ABSTRACT

Assuming that globalization and social inequalities are plural, this theoretical essay proposes to discuss the interference of globalization on social inequality, bringing the approach of Santos (2011) on the subject and its comparison with authors such as Kliksberg and Sen (2010), Castells (2010) among others. It was found that the current globalization has produced uneven results across countries and within them, occurring the existence of class conflict, levels of inequality of exchange and constant appropriation or valuation of financial resources at the expense of others, given that globalization does not reduce inequalities fast enough .

Keywords: Globalization; Social Inequality; Multiple Facets.

1. INTRODUÇÃO

A globalização é um processo econômico, social, político e cultural que envolve diferentes atores e afeta diversos âmbitos da vida dos homens e mulheres contemporâneos. Estabelecida nas últimas décadas do século XX, a globalização deve ser compreendida dentro de um contexto composto por aspectos multidimensionais, que apontam tendências que acarretam mudanças nas relações, conexões e fenômenos sociais (BUSS, 2007; CAMPOS; CANAVEZES, 2007; SANTOS, 2011).

Remetendo-se a ideia de um processo que promove a integração de diferentes comunidades, a globalização tem contribuído para o progresso dos países por meio da realização de viagens, do comércio, da migração, da difusão de influências culturais, da disseminação do conhecimento e do saber científico e tecnológico, na livre circulação de capital, e da transnacionalização de megaempresas (KLIKSBERG; SEN, 2010).

Todavia, questiona-se de que forma tais transformações tem contribuído em termos de desenvolvimento humano, distribuição de riqueza e qualidade de vida nos Estados que estão inseridos nesse cenário, visto que, ainda são poucos os países que usufruem de seus benefícios em detrimento daqueles que compartilham de seus malefícios (OIT, 2005; CAMPOS; CANAVEZES, 2007; PNUD, 2014).

Na contemporaneidade, Therborn (2001), Millet e Toussaint (2006), OIT (2011), PNUD (2014) argumentam que a globalização é o fator responsável pelo aumento da desigualdade na distribuição de renda nos países, uma vez que estudos apontam uma tendência ao crescimento dessas desigualdades sociais nas últimas décadas. Tratando-se de um sistema em que as oportunidades não são distribuídas em equanimidade, as desigualdades sociais são hoje compreendidas por meio das diferentes formas em que se configuram e pelos grupos sociais que estão presentes.

Diante deste cenário, este artigo propõe discutir as interferências da globalização na desigualdade social sob as óticas econômica, política, social e cultural, trazendo a abordagem de Santos (2011) sobre o assunto e seu cotejo com outros autores, tais como: Campos e Canavezes (2007), Kliksberg e Sen (2010), Castells (2010), Almeida, Asai (2015), Vitali, Glattfelder e Battiston (2011). Para tanto, são descritos no próximo capítulo os principais aspectos conceituais da globalização e da desigualdade social. Posteriormente, são analisadas as múltiplas facetas da globalização e sua interface com as desigualdades sociais. Por fim, são apresentadas as considerações finais mencionando os principais achados do artigo.

2. DESIGUALDADE SOCIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

De acordo com Therborn (2001) o significado de desigualdade social deve ser entendido de modo multidimensional, uma vez que assume diferentes formas sociais derivadas de maneiras diferentes de produzir valores.

A desigualdade social é o processo pelo qual originam-se situações de diferenciação social, associadas principalmente às questões econômicas e que tendem a redução da condição humana (MARX; ENGELS, 2000). De acordo com Salgado (2010), a desigualdade é social na medida em que considera essa diferenciação como sendo um produto da interação entre sujeitos sociais, frente à desigualdade de oportunidades que culminam em relações de poder.

O teórico clássico Karl Marx (1818-1883) questionava essas relações de poder em suas obras, atribuindo a desigualdade social e a limitação de poder à ausência sobre a propriedade privada dos meios de produção (MACHADO, 2005). Reconhecidas como grandes propulsoras da distinção, vulnerabilidade e exclusão social nos níveis individual e coletivo, as relações de poder são responsáveis por firmar as diferenças entre as classes e estratificar a sociedade.

Segundo Salgado (2010) há processos de diferenciação entre grupos sociais que produzem classes ou estratos, nas quais as capacidades e oportunidades determinam a mobilidade social ascendente ou descendente de um indivíduo.

Outro teórico clássico que também discorreu sobre a desigualdade social foi Max Weber (1864-1920). Weber (1991) pautava-se nas desigualdades sociais como sendo uma manifestação de três diferentes dimensões de estratificação social, cada qual apoiada em sua configuração de poder específica. A hierarquia econômica, que define “classe” e baseia-se no poder econômico; a hierarquia social, que forma os “grupos de status” e funda-se no poder social; e a hierarquia política, que origina os “partidos” e baseia-se no poder político.

Santos (2010, p. 3) denomina desigualdade social como uma “condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais”. Todavia, na perspectiva de Kliksberg e Sen (2010), a desigualdade crucial é a falta de liberdade, na forma de privações de capacidades.

Muitas teorias contribuem para um maior entendimento da estrutura e das mudanças sociais de cada sociedade, revelando a importância do conceito de desigualdade social para a compreensão dos processos histórico-sociais de cada país (SALGADO, 2010). Ao passo que os acontecimentos históricos e revolucionários do mundo ocorriam, percebia-se o aumento consequente e gradual da desigualdade social, contudo a informação era pouco difundida. A desigualdade nunca deixou de comparecer, conforme Goulart (1999), ela é inerente aos seres humanos, uma vez que é uma característica das relações humanas.

3. GLOBALIZAÇÃO: ORIGENS E ASPECTOS CONCEITUAIS

A globalização sucedeu no final da Guerra Fria e se instalou com a hegemonia do capitalismo¹ (BUSS, 2007; SANTOS, 2011). Para Buss (2007), a maioria dos autores entende que a globalização é um processo econômico, social e cultural estabelecido nas duas ou três últimas décadas do século XX.

Campos e Canavezes (2007) compartilham da ideia de que a globalização remete a um conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais a nível mundial, nas quais estão associadas, por exemplo, as inovações tecnológicas. Tais autores acrescentam que mesmo o termo sendo recente, só se tornou mais visível na última década do século XX, mas já no século XIX, os intelectuais utilizavam o termo para referirem-se a um processo de modernização que implicava uma crescente integração mundial. Fundamentalmente, a globalização pode ser entendida como o resultado do desenvolvimento do capitalismo a uma escala mundial e também a continuidade de uma lógica civilizacional designada pela modernidade. Sua origem desponta na revolução industrial do século XVIII conjugada com as transformações sociopolíticas surgidas da Revolução Francesa.

Os processos históricos e sociais são dotados de continuidade de inúmeras dimensões, causando grande impacto em grupos sociais e mentais que orientam mundialmente os indivíduos e sociedades (IANNI, 1998; CAMPOS; CANAVEZES, 2007).

Para esclarecer a ideia de globalização, devem ser salientadas duas intencionalidades, conforme aponta Santos (2011). A primeira intencionalidade diz respeito à falácia do determinismo, a qual diz que a globalização é um processo que acontece de forma espontânea, automática, inelutável e irreversível, e que se intensifica e avança de acordo com uma lógica e uma dinâmica próprias suficientemente fortes para se imporem a qualquer interferência externa. Esta inverdade, em relação a globalização, transforma as causas em efeitos e resulta em decisões políticas assentadas em tempo e autoria. A segunda intencionalidade não verdadeira é o desaparecimento da separação norte/sul. A relação norte/sul nunca se constituiu verdadeiramente um conflito, mas os dois polos eram facilmente identificáveis, pois o norte produzia produtos manufaturados e o sul fornecia matérias-primas. A situação alterou-se na década de sessenta e transformou-se a partir da década de oitenta. A níveis financeiro, produtivo e de consumo, o mundo interage numa economia global frente a uma interdependência e o norte/sul deixou de fazer sentido.

A globalização é um campo vasto e intenso de conflitos entre os grupos sociais. Estado e interesses em hegemonia de um lado, e, de outro, grupos sociais e interesses subalternos. Seu conceito possui um componente descritivo e um prescritivo. A

¹ O capitalismo é um sistema de produção orientado para o mercado, caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção por um segmento populacional, enquanto o outro segmento só pode sobreviver pela venda de sua força de trabalho para aquele. O capitalismo se sustenta a partir do excedente social, ou seja, aquilo que sobra além dos custos. Nesse processo, há uma relação de desigualdade já naturalizada, segundo a qual a maioria das pessoas, em cada sociedade, trabalha exaustivamente para produzir o necessário para sustentar e perpetuar o modo de produção, bem como o excedente social, enquanto uma pequena minoria se apropria desse excedente e o controla (HUNT, 2005).

prescrição está ancorada ao consenso hegemônico, mais conhecido como “Consenso Neoliberal” ou “Consenso de Washington”, subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial que abrangiam o futuro da economia mundial, políticas de desenvolvimento e o papel do Estado na economia. O consenso neoliberal mostra as características dominantes da globalização. Nesse sentido, o Consenso é uma deliberação política dos Estados hegemônicos, como são políticas as decisões dos Estados que o adotaram com mais ou menos autonomia, com mais ou menos seletividade. Neste contexto, Santos (2011) discute que a globalização surge a partir da união de várias deliberações políticas realizadas por determinados atores em algum período específico. O componente descritivo analisa a existência de uma ou várias globalizações, e para a maioria dos autores, só há uma globalização, a globalização capitalista neoliberal.

Santos (2011) explica que, ao falar de globalização, pode-se ter a ideia de não se tratar de um fenômeno linear, assim como também um processo consensual. Assim, a abstração de que a globalização é um fenômeno linear, monolítico e inequívoco pode ser falsa, mas é a que prevalece hoje e o que mais se extravasa no discurso científico para o político e para a linguagem comum na contemporaneidade.

A globalização se desenvolve e se modifica em uma arena de debate acerca de aspectos sociais e políticos. Por um lado, defende-se a globalização como uma grande vitória da racionalidade, da inovação e da liberdade, bem como sinônimo de desenvolvimento contínuo. Porém, por outro lado, afirma-se que ela é algo a ser abominado, pelo simples fato de promover e agravar a desigualdade da população mundial, de maneira que um número exorbitante de pessoas tenta sobreviver em um contexto de extrema pobreza, são marginalizadas e socialmente/economicamente excluídas, enquanto uma pequena parcela de privilegiados têm acesso ao progresso e a fartura.

Bauman (1999) diz que a palavra globalização está na moda e é capaz de abrir portas dos mistérios do presente e do futuro. Enquanto que para uns a globalização é causa de infelicidade, para outros é o que se deve fazer para ser feliz, entretanto, para a maioria, globalização é o destino do mundo, um processo sem volta que afeta as relações sociais numa mesma medida. A globalização para uns, é localização, para outrem é um destino não desejado, e ainda outros acham que é sinal de liberdade. Todavia, a liberdade de movimento, distribuída de forma desigual, torna fator de estratificação de tempos modernos ou pós-modernos e uma parte integrante do processo de globalização é a segregação espacial progressiva, a exclusão e a progressiva separação.

Diante de tais ambiguidades, Boaventura Santos (2011) relata que a globalização possui três contradições: 1) Globalização e localização; 2) Estado-nação e o não-Estado transnacional; 3) natureza política e ideológica. A primeira, ocorre entre a globalização e a localização: certas relações sociais frequentemente mais descontextualizadas colaboram para a aquisição de novos direitos às alternativas, que ultrapassam as fronteiras. Por outro lado, novas identidades regionais, nacionais e locais surgirão, erguidas ao redor de uma nova projeção de direito às raízes.

Neste âmbito, Giddens (1991) diz que a intensificação de relações sociais em escala mundial ligando localidades distantes, nas quais acontecimentos locais são modelados por eventos que ocorrem a milhares de distância é um processo dialético, pois os acontecimentos locais podem deslocar de forma inversa em relação à distância

onde são modelados. A transformação local é uma parte da globalização em relação à extensão lateral de conexões sociais através do tempo e do espaço.

A segunda contradição, conforme Santos (2011), se estabelece entre o Estado-nação e o não-Estado transnacional, onde o Estado pode se constituir como o ator político principal ou como um ente que não é totalmente competente para regular e organizar a sociedade. Partindo desse pressuposto, Beck (1999) entende que, no conceito de globalização são inseridas atividades de uma sociedade mundial, e não é aberta à possibilidade de outros Estados nacionais subordinarem-se de forma unilateral e essa é a constatação de que não há a possibilidade de manutenção em espaços isolados. Para ele, a globalização é constituída de processos, e seu andamento, os Estados nacionais veem a sua soberania, identidades, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações, quando elas sofrem interferência cruzada de atores transnacionais. Ele explica também que, com a globalização, não há mais a possibilidade de os Estados imporem sua vontade como acontecia antes, pois as trocas comerciais são intensificadas cada vez mais e este é um processo irreversível exigindo uma desregulamentação cada vez maior por parte dos Estados nacionais para a obtenção de uma integração econômica transnacional.

Já a terceira contradição, dá-se entre a natureza política e ideológica: enquanto uns enxergam na globalização uma potência invencível do capitalismo, outros percebem uma nova chance de se aumentar a cooperação transnacional e as batalhas capitalistas. Nesse sentido, Santos (2011) diz ser inapropriada a utilização do léxico globalização no singular, pois existem diversas globalizações que foram originadas através de vários anexos de relações sociais.

Diante disso, para o autor, o que normalmente designa globalização são diferentes conjuntos de relações sociais que dão origem a fenômenos de globalização. Não existe uma única entidade denominada globalização, e sim, globalizações. Enquanto as relações sociais envolvem conflitos com vencedores e vencidos, o discurso sobre globalização é uma história de vencedores contada por eles mesmos, e esta vitória é tão notória que os derrotados desaparecem totalmente. A globalização evolui com sentido de intensificar as hierarquias e as desigualdades, e isto é mostrado neste período transicional onde se apresenta a transição no sistema de hierarquias e desigualdades no mundo, transição no formato das instituições e na complementariedade entre elas e na transição na escala e configuração de conflitos sociais e políticos (SANTOS, 2011).

No que se diz respeito à globalização ligada a cultura, para Pierre Warnier (2003, p. 91), a globalização é descrita por meio da “mundialização da cultura”, e ele critica a diversidade das situações e as desigualdades mundiais em relação à cultura industrial, que massifica a estética de produtos que são produzidos pela globalização da indústria cultural. Por um lado, a estimulação da concorrência entre os produtos no mercado externo é saudável porque todos precisam investir na qualidade dos produtos e serviços devido à exigência do consumidor, mas também faz com que as estratégias de venda iludam os consumidores. Em contrapartida, Passet (2003) explica a distinção entre mundialização, como o que é analisado pela observação de fatos políticos e sócio-econômicos ocorridos no mundo; e mundialismo como uma visão fundamentada em valores socioculturais.

As tendências que refletem e formulam experiências das pessoas na globalização são fruto legítimo da globalização, assim como a hibridização, que a alta cultura tanto aclama. Junto às estratificações financeiras, comerciais, de negócios e de informações é

colocado um processo de localizador no espaço, e estes dois processos diferenciam as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que preocupa o autor Bauman (1999), é a ruptura de comunicação entre elites extraterritoriais cada vez mais globais e o restante da população que está cada vez mais localizada. Os centros produtores de significado e valor são extraterritoriais e emancipados de restrições locais, e isto não se aplica à condição humana a qual esses valores informam e dão sentido.

Completando este cenário, Campos e Canavezes (2007) afirmam que apesar de serem múltiplas as abordagens e definições de globalização propostas pela bibliografia, destacam-se alguns aspectos em comum na opinião dos demais autores: a visão sobre a globalização como um processo transversal ao conjunto dos Estados-nação que compõem o mundo; a crescente interligação e interdependência entre os Estados na esfera econômica, social e política; a tendências das relações entre os homens e instituições de forma econômica, política e cultural a desvincular-se da contingência do espaço; e também, a facilitação que as inovações tecnológicas trouxeram para a comunicação entre as pessoas e instituições e a circulação de pessoas, bens e serviços.

4. A GLOBALIZAÇÃO, SUAS MÚLTIPLAS FACETAS E SUA INTERFACE COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS

As características gerais da globalização incluem o crescimento do comércio internacional de bens, produtos e serviços; a transnacionalização de grandes empresas; a livre circulação de capitais com a privatização da economia e diminuição do papel do governo e dos Estados-nação; a queda de barreiras comerciais protecionistas e regulação dos comércios internacionais, conforme as regras da Organização Mundial do Comércio; a facilidade do trânsito de pessoas e bens entre os diversos países e a expansão da possibilidade de comunicação com o surgimento da facilidade de contato entre pessoas, devido ao aparecimento de muitos instrumentos e ferramentas como a internet e inovações tecnológicas (CAMPOS; CANAVEZES, 2007).

Essas características estão ligadas as múltiplas facetas da globalização. Nesta seção, objetiva-se discuti-las e compreender as interferências da globalização na desigualdade social. Assim, a fim de compreender os resultados desiguais entre os países e o resultado no interior dos mesmos focar-se-á nas seguintes perspectivas: 1) econômica; 2) política; 3) social e cultural.

4.1 Globalização econômica e a desigualdade

A globalização econômica será discutida neste item mediante a sua relação com o Consenso de Washington associada ao sistema econômico capitalista e ao consenso neoliberal, como também é denominado o Consenso de Washington.

O projeto neoliberal nasce no Consenso de Washington, que emergiu de reuniões realizadas entre o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o intuito de discutir e definir políticas econômicas reformistas para a América Latina. Nas reuniões, foram definidas as determinações que compuseram o receituário neoliberal da América Latina, os quais se resumem em recomendações sobre: 1) monitoramento do déficit fiscal; 2) redução das despesas públicas; 3) reforma tributária; 4) gerenciamento das taxas de juros; 5)

gerenciamento das taxas de câmbio; 6) políticas voltadas para a abertura comercial e liberação de importações; 7) quebra de barreiras que impediam entrada de capital externo; 8) privatização de empresas públicas, desregulamentação do sistema econômico, na qual houve também a inserção de leis trabalhistas; e 9) preservação de direito a propriedade, até mesmo as industriais e intelectuais (SANTOS, 2006).

Segundo Ianni (1998a), no período de ascensão da globalização, a ideologia neoliberal se sobressai em âmbito mundial, de modo que suas práticas e ideais estão presentes em todos os países. Ressalta-se, no entanto, que nesse cenário, o neoliberalismo não se desenvolveu de forma semelhante por todo o planeta, uma vez que seus princípios tendem a enfrentar as particularidades de cada pátria, tais como cultura, nacionalidade, ordenamento e orientação econômica, política e social. Atualmente, o neoliberalismo abrange principalmente as liberdades em relação às atividades que tangem o meio econômico, como sendo um fator essencial para as inúmeras maneiras de afabilidade entre as nações, através das corporações, empresas e organizações sociais.

Libâneo e Oliveira (1998, p. 606), expõem que:

as transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado (neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social.

Observa-se nesse contexto, uma procura incessante, por parte das entidades que compõem o comércio nacional, regional e mundial, por um aumento da produção em massa, concorrência e lucro, mesmo que isso não se dê de forma análoga. Conforme o planeta se transforma, por meio da globalização, em um amplo mercado, as relações se moldam em razão da lucratividade e do consumo, onde quebram-se barreiras e as inúmeras formas de capital e tecnologias conseguem alcançar diversos países e nações (IANNI, 1998a).

A atual situação mundial se caracteriza pela desobstrução de entraves políticos e mercadológicos, sendo possível notar a eclosão de corporações, bem como grandes coalizões entre empresas dos mais diversos ramos como uma forma de manterem-se ativas nesse novo ambiente competitivo (VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011). De modo contraditório, ao mesmo tempo em que ocorre a queda de certas fronteiras perante o mercado cada vez mais globalizado, outras fronteiras se estruturam mediante o poder econômico adquirido no seio das multinacionais, resultado de coalizações e corporações, que passaram a assumir posições estratégicas que são capazes de exercer influência no desempenho da economia de distintos países e regiões (ANDRIOLI; SANTOS, 2005; MILLET; TOUSSAINT, 2006; GAULEJAC, 2007; ALMEIDA; ASAI, 2015).

O posicionamento estratégico e o controle assumidos pelas empresas transnacionais, podem ser evidenciados mediante a gradual perda de autonomia econômica e política que os Estados-Nação têm sofrido nas últimas décadas (SANTOS, 2005, GAULEJAC, 2007; CASTELLS, 2010). Nesse contexto, os governos assumem uma capacidade, espaço de decisão e importância cada vez mais reduzido no cenário

nacional e mundial, comprometendo, muitas vezes, a sua legitimidade e, em última análise, sua atuação e eficácia (CASTELLS, 2010).

Com a globalização da economia, o poder sobre o capital, parte da junção entre os centros mais influentes do planeta, composto por corporações transnacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e os Estados-nação mais preeminentes (IANNI, 1998a; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Tais estruturas, por meio da concessão de diversos recursos, tais como financeiros e técnicos, por exemplo, movimentam tecnologias, quadro de pessoal e instrumentos, a fim de subsidiar tomadas de decisões capazes de influenciar as economias das nações (IANNI, 1998a; CASTELLS, 2010).

Em um mundo globalizado, a crescente atuação dos capitalistas globais que lutam pela apropriação ou valorização de recursos mercantis, tem reorientado e reduzido a capacidade decisória dos governos nacionais em praticamente todos os setores da economia, dando início a uma disputa desigual em detrimento ao mercado nacional e local competitivo (VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011). Os capitalistas globais são compostos por um grupo de grandes empresas e companhias que dominam o mercado de bens e serviços. Juntamente com os mercados financeiros globais e com os blocos comerciais transnacionais, eles têm assegurado a sua reprodução e a estabilidade das desigualdades que produzem por intermédio da concentração de poder econômico e financeiro (SANTOS, 2011).

As corporações transnacionais são controladas por um pequeno grupo de países, como Japão, Estados Unidos e a União Europeia. O poder econômico dessas corporações foi analisado em 1971 por uma comissão especial das Nações Unidas, que constatou que elas acrescentaram ao montante de produção realizado durante um ano, aproximadamente um total de 500 bilhões de dólares, e que este valor se compara a 1/5 da produção capitalista em sua totalidade. Ainda nos dias atuais, a concentração do poder econômico pelas empresas multinacionais permanece representativo, de modo que a sua estrutura de poder se tornou capaz de impactar a competição de mercado mundial e estabilidade financeira dos países (KUCINSKI, 1981; CAMPOS; CANAVEZES, 2007; VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011)².

Concomitantemente, nos últimos anos observa-se um aumento sem precedentes no individualismo e competição, entretanto, a competitividade entre as empresas tem se restringido às capitalistas globais, que realizam lobby em nível internacional, nacional e local, a fim de manterem-se no controle (MILLET; TOUSSAINT, 2006; CASTELLS, 2010). Nesse contexto, o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos não só permanece como aumentou, constatando-se um crescente aumento das desigualdades sociais dentro de cada país (HUNG; KUCINKAS, 2011; OIT, 2011), de modo que para cada região onde a desigualdade diminuiu, há duas regiões em que ela aumentou (PNUD, 2014).

Ressalta-se que nesse cenário, que o interesse de grandes organizações está, na maioria das vezes, em conflito com o interesse público, dando origem a uma disputa na qual o interesse do mais forte tem prevalecido. Economicamente, a globalização aparece com o propósito de oferecer novas possibilidades, mas há barreiras de entrada de

² Conferir estudo empreendido pelos pesquisadores Vitali, Glattfelder e Battiston (2011) do Instituto Federal de Tecnologia de Lausanne, na Suíça, onde identificou-se a rede de poder econômico e controle das grandes corporações mundiais.

pequenos produtores e empresários que não são capazes de ter orçamento e preço para competir com organizações que estão em constante transição, em busca de custos de produção mais baixos. Nesse sentido, a manutenção do poder das capitalistas globais tem se dado por meio de trocas desiguais de recursos e interações que legitimam as hierarquias e desigualdades existentes (SANTOS, 2011).

As práticas das empresas multinacionais baseiam-se na redução dos custos salariais, respaldadas na liberalização do mercado de trabalho e redução dos direitos dos trabalhadores. Nesse cenário, a maioria das empresas possuem pouca influência em amplas negociações, o que tende a fazer com que as vitoriosas da globalização sejam as companhias multinacionais, cujo capital, direito a propriedade, patentes e preparo tecnológico, juntamente com o protecionismo, fizeram delas donas da riqueza que se produz no mundo (BUSS, 2007; VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011).

O objetivo da abertura de mercados é favorecer consumidores com a redução de preços e maior oferta de produtos, mas atualmente o custo disso tem sido a existência de uma disputa desleal e com dominação de diversos setores da economia (ALMEIDA; ASAI, 2015). Santos (2011) ressalta que as novas desigualdades existentes não resultam de falta de recursos humanos ou materiais, mas do desemprego e da destruição das economias de subsistências e da minimização dos custos salariais, nas quais as lutas entre a classe capitalista global e todas as demais são travadas pela apropriação ou valorização dos recursos disponíveis, tais como o trabalho ou o conhecimento, a informação ou as matérias primas, o crédito ou a tecnologia.

Mesmo diante desse cenário, não se trata, no entanto, de isolar-se do resto do mundo como no passado. Todavia, os países ainda não apresentam ferramentas e mecanismos capazes de coibir e controlar esse tipo de atuação (MILLET; TOUSSAINT, 2006; BATTISTON, 2011), tornando a economia de países em processo de desenvolvimento reféns de grandes organizações, uma vez que essas não crescem e se desenvolvem respaldadas no saber, contexto e realidade local.

4.2 Globalização política e a desigualdade

No que diz respeito às múltiplas facetas políticas, a supremacia da globalização é fruto de deliberações dos Estados nacionais. A recente separação internacional do trabalho, combinada com a nova política econômica favorável ao mercado, ocasionou algumas grandes mudanças para o sistema interno dos Estados que se direcionam ao desenho político do atual sistema mundial (SANTOS, 2011).

Dessa maneira, Santos (2011) aponta três contextos importantes presentes no mundo globalizado. O primeiro é composto por Estados preeminentes, por si só ou por meio das entidades financeiras que dominam, que reduziram a liberdade política e a soberania dos Estados marginalizados ou semimarginalizados. O segundo, está ligado à intensificação de alianças políticas entre os Estados, como por exemplo, a formação de blocos econômicos como a União Europeia, NAFTA e o Mercosul. O terceiro, aponta a existência de privação do poder de realizar certas determinações econômicas, sociais e políticas, antes tradicionalmente feitas pelo Estado-nação.

No ponto de vista de Ianni (1998a), o conjunto de ações da globalização demanda a reestruturação do Estado, que concerne na privatização de organizações públicas voltadas para os setores da educação, habitação, saúde, previdência e transporte, enfraquecendo, desse modo, o relacionamento existente entre o Estado e a

sociedade. Ademais, a intensificação de interações que atravessam as fronteiras e as práticas transnacionais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias, como o fez no passado (SANTOS, 2011).

Em uma perspectiva diferente, Bresser-Pereira (1996), expõe que não é razoável afirmar que, os países perdem seu poder soberano pelo simples fato de serem independentes e colaborarem uns com os outros. Afirma-se ainda que mesmo nos Estados-nação que possuem determinada dependência um em relação ao outro, eles são os agentes mais importantes da globalização, tendo em vista a sua função de promover a cidadania e a lei, bem como decidir a prevalência da paz ou guerra. Entretanto, Santos (2011) ressalta que a soberania dos Estados frágeis é mais ameaçada pelas entidades financeiras internacionais e corporações transnacionais do que pelos Estados hegemônicos, sendo que isso ocorre principalmente devido a existência de uma aliança transnacional moderadamente consistente, que utiliza recursos globais e influentes para exercer pressão sobre os Estados.

Com o neoliberalismo e, conseqüentemente, a globalização, uma nova configuração foi dada ao Estado-nação e as práticas interestatais com o objetivo de corrigir os problemas de crescimento e da diferenciação de estruturas, protegendo a economia, estimulando a competição e as privatizações (BRESSER-PEREIRA, 1996), porém, o que se observa é a criação de distintas formas de subordinação, com substancial redução das margens de liberdade decisória dos Estados. Concomitantemente, organizações internacionais e blocos econômicos, têm atuado na defesa e adoção de programas que ampliam e aprofundam o controle das forças do mercado global sobre a vida econômica dos países em desenvolvimento, alimentando e reproduzindo as forças da globalização econômica (HELD; MCGREW, 2001; CASTELLS, 2010).

Nesse contexto, possivelmente o único modelo capaz de sobreviver no atual projeto de acumulação global é o Consenso de Washington, sendo que diante de tal fato faz-se necessário à instituição, em termos mundiais, de artifícios para a adequação desses Estados. A criação de normas e regulamentos para as intervenções do projeto neoliberal por si só tende a derrubar as tradicionais condições normativas e institucionais do Estado, provocando efeitos não somente na responsabilidade do Estado perante a economia, mas também no que diz respeito a sua legitimidade em meio ao arranjo social (MILLET; TOUSSAINT, 2006; CASTELLS, 2010; SANTOS, 2011).

Por meio de uma análise mais completa, Santos (2011) conclui que as principais características da globalização política se submetem a três componentes do Consenso de Washington: 1) O consenso do Estado Fraco; 2) O consenso da democracia liberal; e 3) o consenso do primado do direito e do sistema judicial.

O primeiro componente parte da ideia de que o modelo neoliberal precisa de uma sociedade civil forte, sendo que, para que isso seja possível, o Estado deve ser reduzido através de normas, privatizações e redução da prestação de serviços oferecida pelo governo. O segundo, tem como propósito dar um caráter político ao Estado fraco, no qual o bem comum é conquistado por meio das ações de pessoas que se preocupam com os interesses coletivos, e que estão envoltas em relações de troca competitiva, nas quais o Estado intervém apenas o necessário. Por último, o terceiro componente é imprescindível para a nova estrutura política estatal, sendo também o mais eficaz para estimular a conexão entre globalização política e econômica (SANTOS, 2011).

A minimização do papel dos governos trouxe consigo uma grande perda de autonomia por parte dos Estados nacionais, as privatizações eliminaram parcela considerável da indústria de capital nacional, via falência ou incorporações e desarticulação ou destruição do chamado setor produtivo estatal. Observa-se que os Estados se tornaram menores do que o mercado mundial, a formação de blocos econômicos de grandes potências e o estabelecimento de tratados marcam a disseminação dos interesses hegemônicos que visam a manutenção de um Estado mínimo com o objetivo de atender os interesses econômicos (MILLET; TOUSSAINT, 2006; CASTELLS, 2010; SANTOS, 2011).

A globalização liberal, atualmente em curso foi iniciada pela vontade dos responsáveis dos países ricos, que tem sido os principais beneficiados, em detrimento de mais de 5 bilhões de habitantes dos países em desenvolvimento. Instituições multilaterais que injetam dinheiro na economia desses países não objetivam como anunciam subsidiar os produtos básicos e ajudar as populações mais desfavorecidas, uma vez que as mesmas estimulam aceitação de um plano de ajuste estrutural que não leva em conta as particularidades de cada nação. Nesse cenário, a maioria dos países em desenvolvimento se endividaram na busca do progresso e da prosperidade, tentando cumprir as metas impostas por organismos internacionais com promessa de desenvolvimento (MILLET; TOUSSAINT, 2006; CASTELLS, 2010).

Muitos discursos sobre a globalização produzem uma reflexão crítica e apontam a necessidade de captar todos os fenômenos que envolvem uma luta de interesses. Marx e Engels (2000) argumentam que a classe dominante controla a sociedade sem precisar exercer a tirania explícita, sendo que as ideias dominantes em uma dada época tendem a serem as ideias daqueles que exercem controle e domínio sobre as relações da sociedade. Nesse contexto de interdependência e interações globais, há uma maior preocupação em expandir o domínio das relações de mercado e assumir determinada posição hierárquica no sistema mundial do que, por exemplo, estabelecer a democracia, expandir a educação elementar ou incrementar as oportunidades sociais para todos (KLIKSBERG; SEN, 2010).

4.3 Globalização social, cultural e a desigualdade

Diante da variedade cultural e das transformações que vem ocorrendo nas diversas culturas por todo o mundo, faz-se necessário uma associação dessas mudanças com a globalização, assim como discuti-las sob a perspectiva da desigualdade social. Desse modo, ressalta-se que o processo de globalização social e cultural causa tanto a diversidade quanto a uniformização (SANTOS, 2011).

Portanto, discussões acerca da globalização social e cultural giram em torno de duas óticas: a) a globalização estimula uma tendência de uniformização da cultura em termos mundiais; b) ela provoca a diversidade cultural. Também giram em torno do grande desenvolvimento tecnológico, principalmente no que se refere ao campo de comunicação e informática, que possibilitam troca de informações quase em tempo real, independente da distância entre um território e outro (CAMPOS; CANAVAZES, 2007).

Encarada como uma representação do capitalismo, a globalização resulta de tendências históricas impessoais, nas quais as existências de processos estruturais de dominação e exploração auxiliam na formação de forças políticas, econômicas e sociais, a fim de delas tirarem vantagens em detrimento de distintos grupos sociais (ALMEIDA,

2004; CASTELLS, 2010). Em relatório apresentado pela Comissão Mundial sobre as Dimensões Sociais da Globalização, ressaltou-se a necessidade de que o debate seja modificado e que a globalização seja repensada, a fim de tornar o mundo mais seguro, justo, ético, inclusivo e próspero para a maioria dos indivíduos e não apenas para uns poucos nos países e entre os países (OIT, 2005; OIT, 2011).

Remetendo-se a ideia de um processo que promove a integração de diferentes comunidades e países, a globalização tem contribuído para o progresso do mundo por meio da viagem, do comércio, da migração, da difusão de influências culturais e da disseminação do conhecimento e do saber científico e tecnológico. Essas inter-relações globais tem sido, com frequência, produtivas no desenvolvimento de países (KLIKSBERG; SEN, 2010), entretanto destaca-se que ainda são poucos os que usufruem de seus benefícios em detrimento daqueles que compartilham de seus malefícios.

No atual debate, pesquisadores e cientistas sociais argumentam que a globalização é o fator responsável pelo aumento da desigualdade na distribuição de renda nos países, uma vez que nas últimas décadas estudos apontam uma tendência ao crescimento das desigualdades sociais (OIT, 2011), sendo que mesmo nos países onde o crescimento é julgado suficiente, as classes abastadas são privilegiadas em detrimento dos mais pobres (MILLET; TOUSSAINT, 2006; PNUD, 2014). Nesse contexto, a falta de igualdade nas regras globais e a incapacidade das políticas internacionais se apresentam como desafios impostos pela globalização, que devem ser trabalhados com o intuito de superá-los.

Práticas sociais e culturais transnacionais estão relacionadas diretamente com as trocas desiguais de identidades e culturas, sendo que em uma cultura globalizada tais práticas tendem a ser impulsionadas por empresas. Nesse contexto, o que se designa por globalização deveria ser designado por ocidentalização ou americanização, uma vez que os valores e culturas que se globalizam são ocidentais (HELD; MCGREW, 2001; CASTELLS; 2010; SANTOS, 2011).

Pesquisadores veem na globalização a energia incontestável do capitalismo, bem como a oportunidade de ampliar o âmbito da solidariedade transnacional e das lutas anticapitalistas. Entretanto, apesar da existência de tais práticas, nos deparamos com um mundo em crise financeira, ecológica, política e social, nas quais as lutas de grupos sociais pelo reconhecimento da diferença são travadas constantemente. Enfatiza-se que, atualmente, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico, a fome ainda atinge milhões de pessoas espalhadas em todos os continentes, assim como há milhões vivendo sem água potável (MILLET; TOUSSAINT, 2006; KLIKSBERG; SEN, 2010).

Dada a natureza hierárquica do sistema mundial, pequenos grupos, classes, interesses e Estados definem as culturas globais e, conseqüentemente, controlam a agenda de dominação política sob o disfarce da globalização cultural (SANTOS, 2011). No mundo globalizado os fenômenos culturais tornam-se passíveis de interesse na medida em que se tornam mercadorias, entretanto instala-se nesse cenário lutas de grupos sociais que visam o reconhecimento da diferença, inclusive nos movimentos sociais transnacionais com claros objetivos, como a proteção dos recursos naturais e do meio ambiente (HELD; MCGREW, 2001).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos efeitos da globalização devem levar em consideração o número de oportunidades econômicas, liberdades políticas e poderes sociais desfrutados pelos indivíduos (SEN, 2010). A existência de desigualdades inclui disparidades na riqueza e também assimetrias brutas no poder e nas oportunidades políticas, sociais e econômicas.

Na perspectiva de Kliksberg e Sen (2010), a desigualdade crucial é a falta de liberdade, na forma de privações de capacidades. A distribuição de fato dos benefícios da globalização depende, entre outras coisas, de uma variedade de arranjos institucionais, inclusive os que se referem ao comércio justo, iniciativas médicas, intercâmbios educacionais e culturais para a disseminação tecnológica, restrições ecológicas e ambientais, bem como o tratamento equitativo de dívidas acumuladas nos países em processo de desenvolvimento que foram, muitas vezes, contraídas no passado.

Observou-se sob as óticas econômicas, políticas, sociais e culturais, a existência de conflitos de classes, graus de desigualdades de trocas e constante apropriação ou valorização de recursos econômicos em detrimento dos demais. Discutir a responsabilidade da globalização em um cenário com enormes disparidades é um fato questionável e que varia conforme o critério que se utiliza, porém, a globalização não reduz a desigualdade em velocidade suficiente, independente dos critérios que se utilize.

Nesse contexto, observa-se a importância de se rever a noção de desenvolvimento adotada por diversos organismos e instituições, uma vez que o mesmo se torna equivocado a partir do momento que é pensado para o capital e não para os indivíduos, pois o crescimento econômico só faz sentido se não for medido apenas pelo aumento das rendas privadas, mas combinado ao desenvolvimento que retorne benefícios para as pessoas. Para a potencialização dessa nova lógica não há necessidade de estatização econômica; a orientação para o mercado não é a vilã do processo de desigualdade social. O prejudicial é o entendimento de que a reversão de parte dos recursos do crescimento econômico em prol da maioria populacional marginal constitui etapa posterior do desenvolvimento, já que uma economia orientada para o mercado pode ser melhor aproveitada pela constituição de uma base calcada na expansão de serviços sociais básicos, como educação e saúde.

Como todo artigo, este também possui suas limitações, tratando-se de um breve ensaio teórico. Sugere-se a realização de uma pesquisa de campo que poderá mensurar os impactos da globalização na desigualdade social de um dado território, localidade, município, estado ou país de forma mais aprofundada sob os enfoques mensurados neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A globalização e o desenvolvimento: vantagens e desvantagens de um processo indomável. In: DI SENA JÚNIOR, Roberto; CHEREM, Mônica Teresa Costa (Org.). **Comércio internacional e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 17-31.

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; ASAI, Lia Naomi. Influência da globalização em pequenas empresas. In: ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; Costa, Benny Kramer. (Org.). **Estratégia: perspectivas e aplicações**. 1. ed., v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRIOLI, Antonio Inácio; SANTOS, Robson dos. Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar. **Revista iberoamericana de educacion (Online)**. Madrid: OEI, p. 87-102, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECK, Ulrich. **O que é globalização**. Equívocos do globalismo: resposta à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço**, v. 120, n. 1, Brasília, jan. /abr., 1996.

BUSS, Paulo Marchiori. Globalização, pobreza e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, 2007.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à Globalização**. Repositório Universidade de Évora, Editora Instituto Bento de Jesus Caraça, abr. 2007. Disponível em: <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como Doença Social**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GOULART, J. Desigualdade Social, Estado e Cidadania. **Impulso**, n.25. Campinas: 1999.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

HUNG, Ho-Fung; KUCINSKAS, Jaime. **Globalization and Global Inequality: Assessing the Impact of the Rise of China and India, 1980-2005**. Disponível em: <www.jstor.org/stable/pdfplus/10.1086/657456.pdf?acceptTC=true&jpdConfirm=true>. Acesso em: 21/08/2015.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v. 12, n. 2, abr./jun., p.27-32, 1998a.

IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n. 37, p. 33-41, jun. 1998b.

KLIKSBERG, Bernardo; SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KUCINSKI, B. **O que são Multinacionais**. São Paulo: Digital, 1981.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira. A Educação Escolar: sociedade contemporânea. **Revista Fragmentos de Cultura**. Goiânia: IFITEG, v. 8, n.3, p. 597-612, 1998.

MACHADO, Helena. **Noções elementares sobre poder, desigualdades e classes sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Portugal: Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução CASTRO E COSTA, Luiz Cláudio. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas 50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Uma Globalização Justa: Criando Oportunidades para Todos**. Brasília: MTE, Assessoria Internacional, 2005. 166 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Piso de Proteção Social para uma Globalização Equitativa e Inclusiva**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2014**. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar e Resiliência. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014.

PASSET, René. **Elogio da globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SALGADO, Jorge. Las desigualdades desde una perspectiva de complejidad: hacia un epistemología teórico-normativa del conflicto social. **Revista de Paz y Conflictos**, Madrid, n. 2, p.44-58, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011, cap. 1, p. 25-102.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução a Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero.** Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a7.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

SEN, Armatya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THERBORN, Goran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 122-169, jul./dez. 2001.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. **The Network of Global Corporate Control.** Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/1107.5728>>. Acesso em: 21/08/2015.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura.** 2. ed., Bauru: EDUSC, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.1, 1991.